

As Revoluções que eu vi

(Conclusão)

POLÍTICA VERSUS MARINHA

Comt. Frederico Villar

O Almirante Custódio José de Mello — Chefe das “Revoluções que eu vi” em 1891 e 1893 — era uma das figuras mais interessantes e representativas de nossa Marinha. O preparo profissional, a dignidade, a cultura e a distinção, tornavam inconfundível sua personalidade.

Muito moço ainda, partira para a guerra com que Solano Lopes nos surpreendera em 1864.

Imediato do couraçado Rio-de-Janeiro, deu provas de grande valor. Foi um poucos que se salvaram quando o navio foi afundado por torpedos nas águas do rio Paraguai. Distinguu-se, depois, no comando do couraçado Barroso e do monitor Pará, especialmente nas passagens de Curupaití e Humaitá. Nesta última, foi êle o artilheiro que afundou os pontões que sustinham as amarras que barrando o rio em frente àquela poderosa fortaleza, abrindo assim caminho à nossa Esquadra naquele feito glorioso.

Em tôda aquela longa e sangrenta campanha, Custódio de Mello foi sempre um exemplo de bravura, de entusiasmo e de espírito de sacrifício em defesa do Brasil.

“Atraiu, para sua luminosa fé de ofício, todos os louvores que a admiração pode achar nos recursos da linguagem”.

O Parlamento Imperial o recomendou à gratidão da Pátria e ao juízo da Posteridade.

* * *

Passada a guerra, desempenhou de modo notável as mais importantes comissões na Marinha e, por seu merecimento, ascendeu, rapidamente, aos mais altos postos. Destacou-se pelos estudos especializados em artilharia e pela parte que tomou nas prolongadas e penosas campanhas hidrográficas, ao lado de Mouchez, na costa do Brasil.

“É muito difícil, disse Anibal Gama, em sua formosa conferência de 15 de Março último, no Clube Naval, “é muito difícil na profissão do mar conquistar uma reputação de superioridade, um atestado de alto valor, que seja proclamado em toda parte em uma festejada notoriedade.”

“A nossa vida de marinheiros — conclui o nosso brilhante colega — costuma ter esplendores trágicos e mudos.”

“Os golpes de arrôjo e de audácia e os perigos que atravessamos, não têm reflexos: apagam-se na penúmbra do desconhecido e não transpõem a amurada silenciosa dos navios”...

* * *

Mello gozava de um alto conceito na Armada. Dão-lhe, por isso o comando do cruzador *Almirante-Barroso* para fazer uma viagem de circunavegação, levando a bordo a turma de Guardas-Marinha que acabava de ser promovida e, como oficial, o 1.º Tenente D. Augusto Leopoldo de Saxe Coburgo e Gotha, neto querido do Imperador.

O *Barroso* era um belo barco, no qual a construção, o casco e às máquinas eram, da quilha ao tope dos mastros, genuinamente, brasileiros. Não lhe faltavam solidez, elegância e qualidades marinheiras para, bem dirigido, afrontar longas e perigosas travessias. Comandá-lo, era comissão que o Governo Imperial reservava aos seus mais distintos Oficiais superiores.

Foi nesse belo navio de “precisas qualidades náuticas”, dizia Saldanha, que o ardoroso Comandante, pondo em evidência a sua capacidade náutica, enfrentou, brilhantemente, a navegação pelo extremo Sul da América, pelo Pacífico, pelo Mar

da China, pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico Norte, — mares célebres pelas borrascas que os açoitam em tôdas as estações do ano. Nele demandou os canais que ligam o Atlântico ao Pacífico, — região inhóspita, devastada pelos vendavais, — “na qual a ilha da Desolação indica, com seu tétrico nome, a tragédia perpétua da sua vida atormentada”. Ao alcançá-los, fundeou em Punta-Arenas e investiu por alí para Oeste, sem prático, servindo-se, apenas, dos roteiros, e lutando, durante treze dias consecutivos, contra furiosas tormentas.

Parou em Pôrto-Galante, onde perdeu a primeira âncora, com 120 braças de amarra. Prosseguindo, foi fundear no enganoso abrigo — um profundo fjord — de Tuesday Bay.

Era constantemente forçado a procurar refúgio em portos perigosos, que hábilmente atingia são e salvo, guiado apenas pelas cartas locais e pela sua perícia profissional.

No Cabo-Pilar, já quase a ganhar o Pacífico, foi acochado por violentíssimo furacão. Capeou e foi depois obrigado a correr com o tempo, desfazendo a capa, manobra perigosa, que requer excepcionais habilidades marinheiras e por êle admiravelmente executada. Qualquer inadvertência poderia causar irremediável acidente e destruir o seu navio, sacrificando com êle todo o honroso passado do seu Comandante e as vidas preciosas dos seus tripulantes.

... Só quem já passou por êsse infernal caminho, — diz Aníbal Gama, — compreende a magnitude da luta indescritível travada com as tempestades que alí incessantemente se desencadeiam.

Nessa luta, o Barroso perdera quase tôdas as âncoras que levava. Restou-lhe, apenas, uma para sua segurança; outras três, e muitas braças de amarra, lá ficaram. Bom veleiro, em bolina cochada debaixo de brisa fresca, o valente navio montou afinal aquele Cabo, seguindo rumo a Valparaíso, onde o hospitaleiro povo daquele país amigo o recebeu com grandes e efusivas festas. A Marinha Chilena ofereceu-lhe alí as âncoras e amarras de que o nosso navio carecia, para substituir as que perdera nos tormentosos mares do Sul.

Em seu “diário” escreveu Custódio de Mello, referindo-se

à travessia do Barroso pelo Estreito-de-Magalhães: “não me foram os sofrimentos físicos menos acerbos que os morais; dias e noites passei sôbre o passadiço, sem arredar pé, exposto a um frio intenso, acompanhado de umidade excessiva e penetrante e de chuva, que não deixou de cair até que deixamos o Estreito. Ao menor descuido, teria sido o fim do Almirante-Barroso. Alí, alvejou-se-me a cabeça e deixei ficar boa parte da minha existência”...

* * *

Mello era um homem de nobre caráter. Nada o faria tergiversar com o que êle dignamente considerava o seu dever.

De chegada ao Chile, apresentou-se a bordo o General Valdivieso que, a mando do Presidente daquela nobre República, ia pôr-se à disposição do Príncipe D. Augusto, oficial daquele cruzador.

Custódio de Mello, polidamente, fêz-lhe sentir que agradecia profundamente a gentil intenção do Presidente Balmaceda, e que o Príncipe era apenas o “Tenente D. Augusto de Saxe”, e nessa exclusiva qualidade viajava no navio sob seu comando, não podendo, portanto, ter um General como oficial às ordens. Valdivieso, então, muito cortêzmente, declarou ao Comandante Mello que nada poderia obstar que êle se puzesse, como chileno, ao dispôr de D. Augusto.

Com grande tato e gentileza, Custódio, — não querendo desgostar o Govêrno que o recebia tão fidalgamente, com festas extraordinárias e carinhos de tôda espécie, — não pôde impedir essa graciosa atenção de Balmaceda. E o General foi o assíduo acompanhante de honra do Príncipe.

Essa “infração à disciplina” valeu ao Comandante Mello a má vontade e uma severa observação recebida do Barão de Ladário, Ministro da Marinha do Império...

Custódio agira, entretanto, corretamente, mas julgou melhor não discutir a censura, “curvando-se à implacabilidade dos rigores militares”.

Aquele mesmo Ministro mandou fazer carga ao Coman-

dante do Barroso da ridícula importância de quatro contos de réis, por êste parcimoniosamente despendidos com a representação do seu navio no Chile. Isso causou profundo escândalo no Rio-de-Janeiro, onde foi promovida uma subscrição pública que, rapidamente, cobriu várias vezes a importância do débito imposto àquele Comandante pelo Barão de Ladário.

Fôra magnífica a impressão deixada pelo Barroso entre o povo chileno. Primoroso orador e fino diplomata, o seu comandante fêz-se ali muito querido. A cada instante se ouvia: “que hable Mello! que hable Mello!” e êle o fazia sempre com grande felicidade. Ainda hoje ali se lembra a passagem dêsse nosso navio pelas águas chilenas, tal a correção dos seus oficiais e guarnição e a distinção irrepreensível com que ali se portaram.

Depois de sua profícua e agradável passagem pelo Chile, o Barroso lançou-se à travessia do Pacífico. Gastou 75 dias no cruzeiro de Valparaiso a Sidney e daí 52 dias a Yokohama. Tocou depois em Nagasaky, Shanghai, Hon-Kong, Singapura, Batávia, Atjeh, Olehch, Colombo, Bombay, Adem, Djeddah, Suez, Port Said, Alexandria, Nápoles, Toulon, Barcelona, Gibraltar, Bahia e ancorou no Rio. Partira a 27 de Outubro de 1888 e regressava a 29 de Julho de 1890, com 21 meses de viagem, quase tôda exclusivamente a vela. Foram 36.691 milhas navegadas à volta do nosso planeta.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Mello dera provas de alta capacidade profissional e resistência física em tão árduas e penosas travessias.

Em fins de 1889, prosseguia, sob seu comando, o Cruzador Almirante-Barroso sua viagem à volta do mundo. Achara-se agora navegando em pleno Pacífico.

Havendo partido de Batávia nos últimos dias de Outubro, com rumo a Colombo, esperava atingí-lo doze dias depois. Encontrou, porém, ventos tormentosos e ponteiros. Ao fim de trinta dias de cruzeiro, estava ainda longe do seu destino.

Os mantimentos escasseavam. Resolveu o Comandante,

então, arribar à ilha de Sumatra, escolhendo para isso o pôrto de Olehleh, na província de Kotaraja, ao Noroeste daquela possessão batava, por ser o que dispunha de mais recursos e oferecia a necessária segurança ao seu navio. Alí chegou a 29 de Novembro.

Deu-se, então, um fato extremamente curioso: ao entrar naquele pôrto, o sinaleiro içara erradamente a bandeira imperial, envergando-a com a corôa para baixo. O oficial do navio de guerra dos Países Baixos, alí estacionado, indo fazer-lhe a visita protocolar do Cerimonial Marítimo, notou a inversão do pavilhão nacional que o Barroso içara e acreditou que tal coisa, fôsse, talvez, consequência dos acontecimentos políticos que êle sabia se haverem desenrolado no Brasil e supunha conhecidos a bordo do nosso cruzador.

Naquele tempo não havia telegrafia sem fio e eram impossíveis as comunicações à distância com um navio no mar.

A "cambota" da nossa bandeira havia sido, assim, apenas, uma inadvertência imperdoável do Cabo-Marinheiro de serviço. A bordo do Barroso de nada se sabia da proclamação da República no Rio-de-Janeiro. Foi o oficial holandês quem transmitiu ao Comandante Mello a informação, baseado em telegrama publicado por um jornal de Penang.

A notícia da mudança do regime político no Brasil e do exílio da Família Imperial correu célere por todo o navio, causando grande emoção ao Príncipe D. Augusto.

* * *

Melo, não obstante não ser um político militante, era republicano, mas o seu dever e a compostura do seu cargo o obrigavam a grande discrição. No dia 2 de Dezembro, — dia do aniversário do Imperador D. Pedro II, — foram, como de costume, prestadas homenagens ao soberano brasileiro. Para o Comandante do Almirante-Barroso, oficialmente, ainda era a Monarquia a forma do Governo. Não podia, evidentemente, ser outro o procedimento de Mello. O navio de guerra holandês associou-se às cerimônias realizadas por êses motivo...

Custódio de Mello fôra um dos fundadores do Clube Militar; batalhara ao lado do Marechal Deodoro e dos mais prestigiados chefes do nosso Exército na "questão militar"; presidira à "Comissão dos Treze", eleita pelo Clube Naval para desagravar a honra das Classes Militares ultrajadas pelo Governo Imperial.

Nessa ocasião, o Imperador D. Pedro II estava no estrangeiro. A Princesa Isabel fôra compelida, pela pressão das Fôrças Armadas, a demitir o Ministério e o Chefe de Polícia desta Capital, quando da prisão de um oficial reformado da Armada num "xadrez" da cidade. O Barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros assim depostos, anunciara então à Princesa Regente a queda do velho regime: "Abdica do Poder — dizia à Princesa aquele Estadista — tôda autoridade que se submete a qualquer imposição, por mais legítima que seja. E é tão perigoso resistir quanto submeter-se, depois de ter resistido"...

O Movimento de 15 de Novembro era, — tudo o fazia crer, — uma consequência dêsse conflito entre as Fôrças Armadas e o Governo Imperial, e Mello havia tomado parte saliente nos atos de repulsa na Capital do Império. Mas não perdera a linha de absoluta correção e dignidade a que o forçava sua condição de militar e comandante daquele navio de guerra.

Chegando a Colombo a 17 de Dezembro, recebeu telegramas do Almirante Eduardo Wandenkolk, primeiro Ministro da Marinha da República, dando-lhe oficialmente a esperada notícia e ordenando-lhe alterações no pavilhão nacional, — a substituição da corôa imperial por uma estrêla vermelha sôbre o escudo, que fôra conservado, — e determinando-lhe partisse para Bombaim, onde lhe seriam dadas novas instruções. Dizia-lhe, ao mesmo tempo, que o Príncipe D. Augusto devia pedir demissão do Serviço da Armada, o que Mello, paternalmente, muito a contragosto e com grande delicadeza, transmitiu ao jovem oficial, neto do Imperador destronado.

* * *

Mello modificou a bandeira nacional, de acôrdo com as ordens recebidas do Rio-de-Janeiro e, em solene ato de mostra, fê-la içar com as honras do estilo, pronunciando nessa ocasião um eloqüente discurso forrado de são patriotismo e bom senso. Finda a cerimônia mostrou ao Príncipe D. Augusto novas ordens que recebera a seu respeito e êste desembarcou naquele pôrto. Mello tomou parte no banquete — sem caráter político — que, dias depois, os oficiais do navio ofereceram, em um dos hotéis da cidade, ao estimável camarada e excelente companheiro que saüdosamente os deixára. D. Augusto era muito querido pela sua fina educação e simplicidade. Foi lancinante a despedida do Príncipe, que, chorando, abraçou a todos os seus companheiros.

D. Augusto partiu para Viena, onde passou a figurar nos quadros da Armada Áustro-Húngara, falecendo alí, depois da Grande Guerra, em extrema pobreza.

* * *

Sempre muito elegante e gentil foi o procedimento do Comandante Custódio de Mello para com o jóvem oficial, filho do Duque de Saxe e neto do nosso Imperador.

Alí não estava — um representante da Monarquia, — dizia êle, mas, sim, um jóvem que se fazia igual na luta contra os elementos, ao lado de camaradas com quem sempre confraternizara.

Ainda mais, a despeito da sua franca e sincera simpatia pelo movimento republicano que se operara no Brasil, Mello, de passagem por Toulon, enviou a D. Pedro, exilado em Cannes, um respeitoso telegrama de saüdações, igualmente assinado pelos seus oficiais.

“Ninguém conhece, — explicou, — filosofia alguma que ensine a condenar com os princípios os homens que os adotam e só porque os adotam. Se isto seria uma monstruosidade em um país regido por qualquer forma outra de govêrno que não a republicana, com maioria de razões, no meio das instituições democráticas, que devem consagrar a liberdade plena do pensa-

mente, respeitando tôdas as idéias e tolerando tôdas as opiniões”.

Por fim, após longas, interessantes e trabalhosas travessias, o lindo navio de guerra, terminando a sua viagem ao redor do Globo, voltou a fulgurar no Pôço da Guanabara, como uma verdadeira jóia, elegante e impecável da quilha à borla do tope!

Lembro-me bem da visita que a Escola Naval fêz nessa ocasião àquela belíssima galera.

A Câmara do Comandante era um museu de preciosidades — vasos, porcelanas, quadros, tapeçarias e finos objetos de arte, por êle, com fino gôsto, selecionados nos mais nobres magasins da Ásia e da Europa, dos numerosos países visitados pelo Almirante-Barroso.

Igual beleza mostravam os camarotes dos cultos oficiais daquele navio modelar, onde tudo respirava disciplina, asseio e elegância insuperáveis.

Após milhares de milhas navegadas com incontestável êxito da sua comissão, Mello não foi elogiado pelas autoridades navais... O Ministro da Marinha era candidato à Constituinte e depois à vice-presidência da República; como marinheiro “patesca”, sabia que navio sem vento, na “sombra” de outro, não anda...

* * *

O NOVO REGIME

O Brasil não estava preparado para as conquistas ideais da democracia e durante muitos anos sofreu e lutou por uma adaptação: Não tinha Cultura e nem Civilização, que são as fôrmas ou os índices que calibram os regimes políticos das nações soberanas.

“Os povos têm o Govêrno que merecem” — não é uma expressão pejorativa, é uma verdade a que nenhum povo pode fugir.

Contávamos em 1889 no Brasil mais de 70% de analfabetos.

A subida ao Poder de homens neófitos na arte de governar e a retirada sistemática dos experimentados estadistas do Império tornavam muito difícil a solução dos graves problemas políticos nacionais.

A evolução do velho para o novo regime não se podia operar de um salto, como magia de fakir. Os governos desastrosos e intolerantes, o militarismo absorvente, o caudilhismo cruel e insaciável e a reação natural de um povo jovem, deslumbrado pelos fulgores das Novas Idéias, trouxeram as agitações inevitáveis, que caracterizaram a vida nacional naquela época, abalando profundamente todo o país, sem trazer-lhe dias mais felizes.

O belo e fascinador programa teórico, traçado pelos propagandistas republicanos, não teve na prática os resultados prometidos. Faltavam ao nosso povo os requisitos indispensáveis à sua realização. Isso determinou a desorientação dos “crentes” da República e considerável decepção do povo.

Em tempo algum da nossa história, — diz ilustre escritor daquela época, — se vira tão desprezado o mérito, para dar lugar à incapacidade, à inconsciência e ao filhotismo...

Em relação às finanças, afirmação contra a qual protestou enérgicamente Rui Barbosa, “funestos e comprometedores ao crédito público foram os desastres por elas produzidos”. A febre do jôgo devorava todos os cérebros. Só os preocupava a idéia dos lucros largamente remuneradores.

* * *

O Governo Provisório aumentara os vencimentos e os quadros do Exército e da Armada. Isso causara a mais lamentável impressão no espírito do público, parecendo-lhe que tais vantagens pecuniárias eram inoportunas e deprimentes aos brios dos militares. Dir-se-ia que era a recompensa, o pagamento à bôca do cofre, pelos serviços prestados pelas Classes Armadas à República naquela ocasião, quando, em todo o seu passado, essas nobres Classes sempre se distinguiram pelo seu desinterêsse, lisura, abnegação e amor à Pátria.

A *debacle* era, portanto, inevitável, — dizia a oposição ao Marechal Deodoro. A “triste e vergonhosa situação cada vez mais se complicava pela inconsciência do Governo, a sancionar todos os escândalos, assim como pelas liberalidades que, sem prudência, sem patriotismo, a mãos cheias, êle prodigalizava”.

“Na sua inexperiência política e loucura administrativa, dizia Custódio de Mello, — o Governo Provisório da República estava imbuído de idéias fantásticas, tomado de vertiginosas alucinações, e, assim, inconciente, sacrificava os interesses da Nação aos interesses de meia dúzia de felizes privilegiados...

“Os compromissos do Tesouro subiram a centenas de milhares de contos, pagáveis em épocas fixadas em contratos por êle assinados em nome da Nação. Fêz presente de largas ajudas de custo e autorizou enormes pagamentos indevidos!

“O orçamento nacional das despesas públicas subiu de muitos milhares de contos, para fazer face a tôdas essas liberalidades, que, para vergonha nossa, ficaram registradas na história desses desgraçados tempos”.

“A nefasta política, — disse Mello, — inaugurada a 15 de Novembro de 1889, com a transformação das instituições, por que passou o País, atirou-o muito perto do abismo da bancarrota, do descrédito e da ignomínia, para que êle possa tão cedo ressurgir, como a Fênix, de suas próprias cinzas.”

“Horível foi o cataclisma em que submergiram as consciências pervertidas, levando consigo a fortuna pública e particular, inclusive as economias do mísero proletário, acumuladas dia a dia, durante longos anos, à custa dos maiores sacrifícios”.

“Quando mais desenfreado ia o jôgo da bolsa, mais o dinheiro que dêle se escoava era dissipado na ostentação do luxo e na satisfação das paixões degeneradas, — conclui o autor do “O Governo Provisório e a Revolução de 1893”. Aos seus opositores classificavam como “Monarquistas”...

Quando todos os meios eram lícitos para galgar posições e fazer fortuna; quando, enfim, a corrupção lavrava por tôda parte, foi o nome de Custódio de Mello apresentado pelo Clube Militar da Baía, para candidato ao Congresso Constituinte.

Recusou, principalmente, "porque era animado de um profundo sentimento civilista".

Algum tempo depois, foi sua candidatura proclamada pelos eleitores de Santo-Antônio, na Capital daquele Estado, sua terra natal, sendo êle eleito por considerável número de votos.

Não se adaptou, porém, ao meio político dominante e, absorvido pelos enrêdos partidários, promoveu na Câmara dos Deputados uma veemente opposição ao Governo Provisório, exatamente quando o Congresso votava QUASE POR UNANIMIDADE uma Moção, aprovando todos os atos daquele Governo e apelava para o Marechal Deodoro a fim de que "Por seu patriotismo se mantivesse na direção dos negócios, aguardando a Constituição que devia ser votada e a organização do Governo definitivo".

Na época a que nos referimos, — diz Custódio de Mello, — alguns Estados eram governados por militares do Exército e da Armada; no Congresso Federal e nas Assembléias estaduais estava êle representado por grande número de Officiais de diversas patentes, alguns dos quais já haviam invadido as Repartições puramente civis.

"Esforçámo-nos, no Congresso, dizia-nos o eminente Constituinte baiano, pela organização do Exército, fechando-o no círculo traçado pela mais severa disciplina e pela obediência aos princípios de sua instituição; esforçámo-nos, enfim, por elevar a Marinha Nacional ao grau de desenvolvimento compatível com a extensão marítima e posição geográfica do nosso pas, CONSERVANDO-A SEMPRE AFASTADA DA POLÍTICA E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE MODO A QUE IMPERASSE O GOVERNO CIVIL". Infelizmente, Mello não conservou depois essa orientação e, com êle à frente, a Marinha foi lançada aos azares da política facciosa.

E' interessante observar que Deodoro achava-se rodeado de homens de grande valor.

* * *

Na Câmara Federal, que substituiu a Constituinte, Mello tomou atitudes enérgicas e rompeu francamente com o Marechal Deodoro, já eleito Presidente da República.

Com o fulgor do seu talento e das privilegiadas qualidades oratórias que o distinguiam, Mello oferece naquela Casa do Parlamento os mais veementes combates ao Governo Provisório. Rui Barbosa, Campos Sales, Francisco Glicério, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocayuva e Cesário Alvim — próceres republicanos, aliados à repulsa produzida pelo projeto governamental, dando absurdas garantias de juro à empresa que se propunha construir o porto das Tôrres, no Rio-Grande-do-Sul, demitiram-se de Secretários de Estado. Novo Governo é constituído, chefiado pelo Barão de Lucena, contra o qual cresceu a luta no Parlamento.

“Alheio completamente aos movimentos políticos do país — escreveu Custódio de Mello; sempre afastado da Administração pública, Deodoro não tinha, infelizmente, os conhecimentos necessários a quem recebia a árdua e difícil tarefa da organização e consolidação do País sob o novo regime; não dispunha, sequer, de rudimentos da ciência de governar”.

* * *

A orientação política do País não é assunto ao alcance de homens inaptos, incidentalmente postos à testa do Governo. Roberto de Barros, de cuja sólida cultura filosófica e sociológica me socorri, deu-me bondosamente, a respeito, uma lição magistral:

“Do meu ponto de vista — escreveu — atendendo ao que você me pede, tenho a dizer, sucintamente que:

- 1) — “A Sociologia é o estudo dos fatos e das leis que regem os fenômenos de associação de unidades animais;
- 2) — essa definição implica na sub-divisão:
 - a) — Zoosociologia — ou sociogregarismo, associação de animais inferiores;
 - b) — Antroposociologia, associações humanas.

- 3) — o âmbito da Sociologia é, pois,
 - a) — a Sociologia Geral;
 - b) — a História;
 - c) — a Política;
 - d) — a Economia Política;
 - e) — a Ética;
 - f) — o Direito;
 - g) — a Filologia.
- 4) — “Como V. me pediu que discorresse sobre as **RELAÇÕES DA POLÍTICA COM A SOCIOLOGIA E A MORAL**, aí vai a minha definição sobre **POLÍTICA**, a qual, a meu ver, é um setor da Sociologia.
- 5) — **A POLÍTICA É UM IDEAL DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA AMPARADO POR GARANTIAS TAMBÉM COLETIVAS.**
- 6) — Dessas garantias consensuais decorre o **Direito**, cuja face objetiva é a **Legislação** aferente.
- 7) — Todo esse processo de sedimentação histórica se realiza no ambiente ético da associação coletiva.
- 8) — Finalmente, a meu ver, continua o nosso fulgurante colega, a ética social, fator variável no tempo e no espaço, é a sistematização das regras do bem útil às unidades associadas.
- 9) — **Política teórica** está definida no item 5.. **Política prática** é a arte de governar e administrar o Estado, isto é, a **Sociedade** já organizada numa moldura geográfica à qual se adaptam: a massa antropológica geral; o **facies** histórico e tradicional (a Nação); o quadro político (estruturação constitucional e leis decorrentes); os mecanismos jurídico e executivo (**Govêrno e Administração**)”.

* * *

Em interessante trabalho, com o qual concorreu e ganhou em 1915 o Prêmio Jaceguay, assim se expandiu Aníbal Gama, referindo-se à Doutrina Política: “A vida de um povo deve ser

sempre considerada sob o duplo aspecto que apresentam as suas necessidades coletivas, levando em conta as relações mantidas dentro das próprias fronteiras e aquelas estendidas ao mundo que lhes é exterior. Nenhum povo pode fugir a essa contingência porque ela é o resultado da Civilização, que cria e dilata as relações entre tôdas as coletividades humanas.

“Resulta daí que um povo qualquer, obedecendo aos reclamos da necessidade imperiosa de organizar essas relações, tanto internas como externas, é forçado a instituir um mecanismo de direção, que toma o nome de **Govêrno**.

“A forma pela qual o **Govêrno** orienta essas relações chama-se **Política**”. Ela não é arbitrária e obedece a rigorosos princípios.

A falta dessa Doutrina e da compreensão do alto valor dêsses conhecimentos, por parte dos governantes, acarreta calamidades na vida nacional.

“A ação osmótica, que faculta a difusão das idéias e a meditação sôbre elas, garante em sua plenitude o sucesso daqueles que se impõem por sua grandeza lógica e oportuna aplicação”.

* * *

Como podem, pois, civis ou militares de terra, ar ou mar; médicos, engenheiros, advogados, homens de letras ou outros quaisquer — hábeis, geniais, embora, em suas profissões; bravos, inteligentes e dignos, mas ignorantes dos princípios que regem a Política e orientam a ação administrativa do **Govêrno** — ter a audácia de assumir o comando da **Nau do Estado** e pretender conduzi-la a seus destinos?!

As conseqüências serão sempre as que vimos no comêço da República com a retirada dos experimentados estadistas do Império, diante da ação imperativa das baionetas dominantes! E até hoje são incomensuráveis os danos causados à Nação pela incompetência dos estadistas-amadores.

A CONCEPÇÃO DO ESTADO MODERNO

Em brilhantíssimo trabalho — incompreensivelmente inédito! — escrito pelo nosso erudito colega Professor Roberto de

Barros, cuja cultura não cessarei de exaltar — trabalho intitulado “ELEMENTOS ANALÍTICOS DO IDEAL SOCIAL PRÁTICO”, leio, maravilhado, os seguintes capítulos:

- 1) — Fôrças Materiais; 2) — Fôrças Intelectuais; 3) — Fôrças Morais. “Para nós, o Estado Moderno, complexo, não vem da concepção teocrática, na qual Deus erige e abate a sua estrutura; não promana da concepção racionalista que nos diz ser êle um produto exclusivo da inteligência e da vontade humana; não deflue da concepção naturalista biológica que o assimila a um organismo vivo com fisiologia própria; não decorre da concepção naturalista antropogeográfica que o transforma numa criação forçada do quadro geográfico.

“Para nós, repete o ilustre escritor, de acôrdo com o que chamamos de concepção naturalista integral, êle é um produto:

- a) — do espaço ocupado;
- b) — da posição espacial relativa;
- c) — do valor total do solo;
- d) — do número e da capacidade mental dos seus habitantes.

“Pela imensidade do seu solo político, pela riqueza do seu solo econômico, pelas frentes marítimas do Atlântico e do Pacífico, pelo valor mental de uma população que aumenta rapidamente, os Estados-Unidos da América do Norte se enquadram, com justiça, no tipo completo do Estado Moderno, complexo.

* * *

- 2) — “De um modo geral o Estado é uma moldura geográfica à qual se adaptam quadros móveis no tempo e no espaço.

“A mobilidade dêsses quadros caracteriza as fisionomias multiformes do Estatismo.

“Embora com fâcies peculiares, todos os Estados têm certos lineamentos gerais teóricos, comuns, insubstituíveis; que, no seu conjunto, arquetipam o ESTADO PADRÃO.

“As linhas mestras dêsse Estado são:

- a) — **A moldura geográfica**, isto é, o país, o território, exíguo ou amplo, mas sempre existente, que se desdobra em:
 - 1) **solo político**, alicerce teórico da soberania nacional, zona da influência que abrange não só o terreno utilizável como também as áreas inacessíveis, estéreis ou desérticas que a bandeira do país cobre e a política geral acautela;
 - 2) **solo econômico**, suporte material utilizável para a subsistência da população, considerado nas suas três dimensões dentro dos limites políticos, e ao qual se adaptam as nervuras vitais da circulação e de comunicação.
- b) — **O quadro antropológico**, a saber, o agrupamento humano; as unidades biológicas humanas que animam a moldura geográfica e de cujo contacto com o solo econômico surgem as grandes sistematizações da agricultura, do comércio e da indústria; a mescla global de indivíduos, nacionais ou alienígenas, em suma, **A POPULAÇÃO**;
- c) — **O quadro histórico**, a Nação; a pessoa histórica tradicional, moral e cultural; o agrupamento de indivíduos tendo sentimento subjetivo de unidade no tempo;
- d) — **O quadro político**, isto é, a sociedade política no seu duplo aspecto de estruturação constitucional e de leis decorrentes, visando garantias coletivas ou individuais;
- e) — **O quadro jurídico**, a saber, a pessoa jurídica,

interna e externa, representada pelo Poder Público soberano que mantém a unidade orgânica da Nação e distribui a justiça;

- f) — O quadro executivo constituído pelo Governo — Poder Público pessoal, transitório; unidades políticas da execução legal — e pela Administração — estrutura de Organização metódica das forças estatais.

* * *

- 3) — A seguir, dá-nos Roberto de Barros o quadro esquemático do Estado, que se desdobra na seguinte e magnífica seqüência:

solo político

- 1 — Quadro geográfico

solo econômico

- 2 — Quadro antropológico — a população global

- 3 — Quadro histórico — a Nação

a estruturação constitucional

- 4 — Quadro político

a legislação geral

o poder soberano, impessoal

- 5 — Quadro jurídico

a estruturação judiciária

o Governo

- 6 — Quadro executivo

a Administração.

* * *

- 4) — “O cotejo dos quadros acima referidos, feito à luz do critério histórico-experimental, leva à conclusão de que o quadro político é, de todos, o predominante.

“A sociedade política teórica, sendo um ideal de Organização coletiva, servida por uma estruturação de garantias também coletivas, é evidente que o aglomerado humano associado

terá necessidade da criação de um poder coletivo único, exteriorizado pela legislação geral.

“E’ a sistematização dessas leis, beneficiadoras e garantidoras das unidades associadas, que se erige, superior e teoricamente, no Poder Público soberano, cujo caráter, impessoal e permanente, constitui-se em cimento orgânico e se traduz como símbolo externo da individualidade do Estado”.

E em páginas magníficas, numa série de idéias genialmente concebidas e ainda mais maravilhosamente condensadas em uma síntese que é uma obra admirável, como tudo quanto produz, Roberto de Barros aborda os mais interessantes aspectos da tese que se propôs desenvolver e conclue o estudo dos “Elementos Analíticos do Ideal Social Prático” com o das **Fôrças Morais: Solidariedade social, sociabilidade e virtudes sociais.**

“Finalmente, diz, temos a **solidariedade social**, própria das unidades humanas agindo, em plena consciência, na constituição das sociedades.

“Esse fator vem a ser a dependência mútua, consciente, dos indivíduos que aceitam um fato, um ato, uma idéia, um princípio, como um elo de comunhão **inter-pares.**

“Cimento moral, por excelência, a solidariedade, socialmente, pode ser benéfica ou maléfica”.

“Quando benéfica, deve ser o pagamento da dívida contraída pelo homem, para com o meio em que êle vive e se agita”. A respeito dêsse débito, cita **Léon Bourgeois:**

“Desde que a criança se torna um sêr distinto, separado de sua mãe, após o aleitamento, é um devedor da sociedade.

“Dívida, a sua nutrição: cada um dos alimentos que consome, é o fruto da longa cultura que, há séculos, reproduz, multiplica, melhora as espécies, vegetais ou animais, de que êle vai haurir a sua carne e o seu sangue.

“Dívida, seu linguajar ainda incerto: cada uma das palavras que nascerá dos seus lábios, êle as recolherá dos lábios dos pais ou dos mestres que, como êle, as aprenderam também.

“Dívida, o livro e a ferramenta que a escola e a oficina

lhes vão oferecer: êle jamais poderá saber o que êsses dois objetos exigiram de esforços anteriores, quantas mãos pesadas e desajeitadas pegaram, manejaram, levantaram, modificaram essa forma de ferramenta antes que ela se tornasse o instrumento potente e ligeiro que auxilia a vencer a matéria; quantos olhos se abriram e fixaram longamente sôbre as coisas... quantos pensamentos despertaram, esforçados e tensos; quantos sofrimentos foram suportados para pôr à sua disposição êsses caractéres de imprensa, essas vinte e quatro pequenas letras negras que, em algumas horas, espalham pelo Mundo, em milhões de exemplares, o inumerável enxame de idéias.

“E, quanto mais êle avançar na vida, tanto mais verá crescer a sua dívida... dívida a cada passo na estrada que, ao sabor de mil penas, os homens construíram através dos pântanos e montanhas; dívida a cada revolução da roda do carro, a cada rotação da hélice do navio; dívida para com todos os mortos que deixaram essa herança, para com todos cujo trabalho transformou a terra, rude e sombrio abrigo das primeiras idades, em um imenso campo fértil, em uma usina criadora...”

* * *

“Quando, pelo contrário, — diz agora Roberto de Barros, — a solidariedade é maléfica, tôda essa dívida é atacada pelos ácidos corrosivos dos baixos instintos e então surgem, no campo social, os bandos criminosos, nocivos ao próprio meio em que vivem, as intolerâncias políticas, as concepções de superioridade racial, os fanatismos religiosos, as idéias de conquista a ferro e fogo.

“Todos os valores, neste caso, conclui o nosso brilhante colega, se invertem e a obra benfazeja dos construtores da felicidade, cede o lugar às maquinações tortuosas, brutais, sanguinolentas dos modeladores de desgraças”.

* * *

Não cabe, infelizmente, neste trabalho, tôda a imensa obra sociológica pacientemente arquitetada pelo eminente Professor na síntese magnífica em que bebemos as lições do valor dêsses estudos e da imperiosa necessidade de, com êles, se aparelharem os Homens do Govêrno para obterem a necessária capacidade na orientação dos destinos da Nação.

* * *

Não me quero furtar, porém, ao prazer de repetir aqui mais algumas das luminosas sentenças de Roberto de Barros a êsse respeito:

“Organizar-se, progredir, ampliar a esfera de atividades, eis a trajetória filosófica e evolutiva, em escala ascendente, das tendências globais das sociedades humanas”.

No dizer de eminente sociólogo, “tudo se organiza na natureza, e a espécie humana, compreendendo a necessidade universal, estabelece voluntariamente, em princípio de conduta, a obrigação, para todos, de colaborar, cientemente, na obra de organização coletiva”.

“Há, pois, um IDEAL DE ORDEM — prossegue Roberto de Barros — cujos elementos analíticos vamos enumerar.

“Sentindo, pelo isolamento individual, o grau congênito de sua fraqueza, o homem se compenetra da necessidade de cooperar e de buscar a cooperação dos seus semelhantes para que o agregado social, ao qual pertence, possa subsistir às vicissitudes cósmicas e às alternativas históricas.

“Daí, em primeiro lugar, o instinto de cooperação. A seguir, essa cooperação faz brotar, em cada um, de acôrdo com as suas condições personalíssimas, A CAPACIDADE PARA O TRABALHO.

“Dessa grande fertilizadora dos campos estéreis da vida, alguém já disse que “desperta as messes, nos pampas; extrai metal luzente dos mais negros antros; converte a argila em lar, a pedreira em estátua, o trapo em vela, a côr em quadro, a chispa em frágua, a palavra em livro, o ráio em luz, a catarata em fôrça, a hélice em asa. Seu esforço secular criou

o poder do homem sôbre as fôrças naturais, dominando-as antes, para utilizá-las depois. E' obra sua a alavanca, a cunha, o machado, a roda, a serra, o motor e a turbina. Nada existe, no Mundo, que não conserve o vestígio de suas virtudes, vencedoras do tempo...

"Aquele que tece uma fibra, inventa uma máquina, poda um jardim, ergue uma casa, escreve um livro, torneia um eixo, lança uma semente, fiscaliza uma engrenagem; cura um en-fêrmo, educa uma criança e modela uma estátua, realiza uma função benéfica para a sociedade, cumpre o dever de produzir e adquire o direito de consumir".

* * *

"A cooperação e o trabalho, — ensina Roberto de Barros, — acarretam, inelutavelmente, o **CULTO DO DEVER COMUM**, o qual, dadas as divergências dos caractéres individuais e as necessidades globais dos elementos associados, exige a existência de uma lei básica, de um estatuto constitucional definidor do aspecto político-administrativo do Estado erigido pela Nação em seu próprio benefício". E prossegue magistralmente:

"Dessa lei das leis, estruturação de garantias estabelecidas pelo consenso da maioria dos elementos associados em benefício de todos indiscriminadamente, defluem os conceitos de **Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário**.

"Se todos os agregados humanos tendem para uma organização, não menos evidente é o seu caráter melhorista.

"Da mesma forma que o menino quer ser homem, que o homem deseja fruir maiores comodidades, galgar posições mais elevadas, descortinar horizontes mais amplos, assim também os agrupamentos sociais têm o seu **IDEAL DE PROGRESSO**.

"Sair do homogêneo para o heterogêneo, do simples para o complexo, da generalização para a especialização, eis as grandes formas do comportamento das sociedades humanas.

"Essa escala de perfectibilidade ora atinge o lado material da vida em busca de um **maximum** de confôrto, ora se orienta para o aspecto moral da existência, procurando dar, aos sêres

associados, a par de um **maximum** de eficiência individual, uma investidura de grandeza mental.

“No primeiro caso, pode-se-lhe dar o nome de **IDEAL DE PROSPERIDADE**; no segundo, o de **CULTO DA GRANDEZA HUMANA**.

“A solidariedade social, a sociabilidade nacional, as virtudes sociais filtradas, no tempo, através do **clan**, da família, do burgo, da cidade, da nação, e cuja forma superior é o **CULTO DA GRANDEZA HUMANA**, preparam o espírito do homem para êsse círculo mais vasto de atividades que se chama o **IDEAL DE HUMANISMO**, sùmula filosófica das tendências mentais dos sêres que pensam, que raciocinam, que procuram se libertar do ancestralismo primitivo, egoísta e mau, que norteava os habitantes das cavernas.

“O espírito do humanismo vem da noite em que o homem era o lobo do homem, e segue laboriosa, mas inelutavelmente, para o dia em que deverá haver a **HARMONIA PARA A VIDA**.

“Daí essa ampliação para o conceito da interdependência planetar, de relações internacionais, de estruturação de garantias mundiais recíprocas, cujas sínteses se chamam: **RELAÇÕES EXTERIORES, DIREITOS DO HOMEM, JUSTIÇA INTERNACIONAL**”. E conclui brilhantemente — como filósofo e pensador — Roberto de Barros o seu **Conceito do Estado Moderno**”.

“Com êsse remate das forças morais, o Estado se erige como autoridade digna de respeito, em face dos seus pares, na obra gigantesca de tornar suportável, aos sêres humanos, a sua fugacíssima passagem pela Terra”.

* * *

Custódio de Mello era agora um grande condutor da política nacional. O político absorvera o marinheiro. Envolvido pela porroca das agitações partidárias, conseqüentes dessa ordem de coisas, foi levado por circunstâncias extraordinárias a chefiar movimentos revolucionários. Tanto em 1891 como

em 1893, as Fôrças Navais que comandou ressentiam-se de aparelhamento militar eficiente e careciam de ideal político definido, que justificasse o derramamento de sangue e os prejuízos materiais que a Nação sofreu.

E a Marinha, irresistivelmente arrastada pelos agitadores daquela época, esqueceu que sua missão não é intervir nas competições da política partidária, sob pena de desorganizar-se e desaparecer como instrumento de defesa nacional. Desunida e afastada do Exército, excitada e dividida pelos políticos profissionais, nela se multiplicam os grupos facciosos, chefiados e explorados pela “velhacaria política” e aliados aos que em terra ambicionam o Poder e, para obtê-lo, desagregam a Nacionalidade, arruinam o Poder Naval do Brasil.

Para êsses, “après moi de déluge”! No futuro da Pátria não se pensa...

A MARINHA E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

O que o Almirante Saldanha nos ensinava, e o que nunca devemos esquecer, é que — repetimos — “O PAÍS EM QUE, AO FULGOR DAS BAIONETAS, OS MILITARES DITAM LEIS, E’ UMA PÁTRIA PERDIDA, SEM REMÉDIO...”

“POR MAIS ILUSTRES QUE SEJAM AS CLASSES ARMADA, E POR MAIS NUMEROSOS QUE SEJAM OS SEUS EFETIVOS, — dizia-nos êle, completando o seu pensamento, — NÃO E’ DA ESSÊNCIA DO SEU PAPEL ESTABELEÇER A DIREÇÃO DOS DESTINOS DO PAÍS”... que terá sempre inelutavelmente, os Govêrnos que merecer por sua cultura e civilização...

* * *

A nossa participação nas lutas “civis” de 1891 a 1894 teve as mais terríveis conseqüências para a Marinha e para o país. Alí perdemos oficiais brilhantíssimos e assistimos ao completo desmantelamento da nossa Fôrça Naval.

O Almirante Mello estivera na maior conspicuidade durante todo êsse tempo. Deixara a sua carreira, a tantos tí-

tulos notável e, eleito Deputado à Constituinte, fizera-se em breve o **leader** da oposição ao Marechal Deodoro.

Escandalizara-o a promoção feita a si mesmos dos próprios Secretários de Estado do fundador da República. Ele punha os melindres da honra acima dos proventos materiais da vida, nesse evangelho de pureza em que se traçava a escrupulosa honestidade.

“Com a sua alma de patriota e de puritano, Custódio de Mello sentiu que não podia pactuar com um Governo que começava por menosprezar os grandes princípios da moralidade administrativa, muito embora admirasse no grande fundador da República as grandes virtudes que dêles fizeram um dos maiores soldados do Brasil”.

Nessa ocasião, o Clube Naval, então presidido e infelizmente orientado pelo Alte. Wandenkolk, Ministro da Marinha e candidato à Vice-Presidência da República, era agitado por oficiais de prestígio na Corporação e votou Moção de aplausos à indicação do nome do Marechal Deodoro para o cargo de Chefe do Estado. Como era de esperar, na seguinte assembléia do mesmo Clube, um outro grupo de sócios, então em maioria, votou outra Moção, de aplausos à indicação do nome do Marechal Deodoro para o cargo de Chefe do Estado. Como era de esperar, na seguinte assembléia do mesmo Clube, um outro grupo de sócios, então em maioria, votou outra Moção, de protesto contra a primeira, “PORQUE ENTENDEMOS — diziam sensatamente os seus signatários — QUE O PAPEL DA FÔRÇA ARMADA E’ O DE GARANTIR AS INSTITUIÇÕES E ACATAR AS RESOLUÇÕES DO PODER CONSTITUÍDO”. Essa seria a atitude da Marinha, garantindo a posse do cidadão que fôsse eleito pelo Congresso. Esse foi Deodoro, que tomou posse, sem maiores dificuldades...

A oposição contra ele, porém, agravou-se por tal forma que o Governo, perdendo a serenidade, resolveu decretar a dissolução do Congresso Nacional.

Mello resolve, então, tomar os navios de guerra que estavam na Guanabara e pôr-se à testa da Revolução, derrubando sem dificuldade o primeiro Governo da República, que passou

a ser exercido por Floriano. Isso lhe deu, em 1891, um grande relêvo na política nacional e conseqüente corresponsabilidade nos acontecimentos desenrolados. Por sua ordem, como Ministro da Marinha, cargo que assumiu depois de vitoriosa essa rápida Revolução, navios de guerra ajudaram a depôr todos os governadores que haviam apoiado o golpe de Estado, exceção feita de Júlio de Castilhos, o qual, por isso, fôra derrubado por uma rebelião local, mas, depois, repostado pelo próprio Governo Federal. Esse fato deu motivo à Revolução chefiada pelo Conselheiro Gaspar Martins, que levantou ali a bandeira parlamentarista...

Mello dominou as revoltas do Cruzador 1.º de Março e das fôrças de Sta.-Cruz e Lage. Foi o braço do Governo nas várias reprimendas às reações anti-florianistas que surgiram nesta Capital. Assinou a reforma de treze generais e as deportações dêles e de políticos eminentes que, nessa ocasião, tomaram atitudes contra o Marechal. Fêz comandantes dos maiores navios da Esquadra, sîmples Tenentes, por serem "da confiança do Governo". Despendeu depois os maiores esforços para a pacificação do Rio-Grande e, por fim, desentendeu-se profundamente com o Marechal Floriano, de quem se separou espetacularmente. Deixando o Governo passou a conspirar contra êle.

Era grande a agitação política em todo o país.

O protesto formulado por Mello, a 28 de Abril de 1893, contra as atitudes bizarras do Marechal Floriano, acusando-o de atos contrários aos interêsses do país, foi enérgico e incisivo, mas não demoveu o Vice-Presidente da República do seu propósito de sustentar, no Sul, o carniceiro cruel que desgraçava o Rio-Grande!

MAIS UMA REVOLUÇÃO

Nessa ocasião, agita-se novamente a Marinha. Wandenkolk, sem o mínimo preparo prévio, sem a mínima combinação com as Fôrças Federalistas, e sem critério político nem militar, arma no Prata dois pequenos vapores mercantes brasi-

leiros e ataca o Rio-Grande. O resultado foi o que se devia esperar: Wandenkolk e os oficiais que com êle tomaram parte nessa louca aventura foram batidos e prêsos.

A Marinha — já lançada na paixão partidária — não assistiu a isso calmamente. No Clube Naval — dividido em dois grupos que se odiavam — a excitação tocara ao auge. A Revolução “devia estourar a qualquer momento”. Procurava-se um Chefe: só isso “bastaria”; tudo mais estaria “pronto”!... Entretanto, nem se achava quem quisesse chefiá-la, nem quem pusesse navios e fortalezas navais em ordem para combater um Govêrno disposto a resistir e fôsse capaz de organizar um plano de campanha.

Floriano, ciente de tudo pelos seus partidários da Armada e pela sua polícia secreta, toma várias providências e deixa que o Movimento se ponha em marcha. As confabulações do Clube Naval transbordavam para a rua...

Mello, Saldanha, Jaceguai e Baltazar da Silveira, recusam pôr-se à testa da rebelião. O Clube Naval, em meio da agitação política, elege seu Presidente o Almirante Wandenkolk, então prêso na Fortalezade Sta.-Cruz.

Medidas drásticas, violentas, por parte do Govêrno, se sucedem: o recrutamento forçado, as prisões arbitrárias por simples suspeição, a caça aos denunciados, o tratamento inhumano dos prêsos políticos, sua incomunicabilidade e o segredo do seu destino; os espancamentos cruéis nos vagões da Central; as ameaças e o terror exercem efeito de pânico na pacífica população desta Capital.

Dos Corpos do Exêrcito da guarnição desta Capital nenhum se manifestou simpaticamente à conspiração. Nenhuma manifestação do povo contra o Govêrno. Parecia assim que a luta seria da Marinha contra o Exêrcito. Semelhante coisa seria nefasta ao país. Tendo sido consultado, Saldanha manifestou-se indignado contra os conspiradores, mostrando-lhes o êrro em que laboravam, fazendo com que a Marinha tomasse tal parte na política partidária, impondo a sua vontade à Nação, como expressão daninha de um lamentável militarismo...

“O processo para livrar a Nação dos maus govêrno reside

na educação cívica do povo e não no emprêgo das fôrças Armadas"... era a sua opinião. Os povos têm os Governos e a sorte que desejam e merecem...

"A política infeliz dêsses primeiros anos de República, disse brilhantemente Aníbal Gama, produziu êsse fruto venenoso e amargo — o divórcio das duas Corporações, que o simples bom senso obrigava a um fraternal entendimento.

"A questão sentimental embaralhou-se nas manobras políticas e as opiniões deixaram de ser o resultado das reflexões, para traduzirem o reflexo das paixões exaltadas. Havia um estado de verdadeiro desespero da Nação, vendo fechadas tôdas as portas para se chegar a um entendimento leal e sincero para a pacificação do Rio-Grande".

* * *

O apêlo emocionante de Demétrio Ribeiro, para que se encontrasse uma solução que fizesse abater as armas naquela pungente luta fratricida, não moveu o Congresso Nacional, que se negou a atender a êsse clamor de piedade, de justiça e de humanidade!

Florianô conservou-se impassível!

"O sangue que tingia os pampas e que desencadeara uma tempestade de ódios e vinganças, de bravura e de crueldade, **não comovia os políticos, QUE FAZEM DO BRAÇO DO SOLDADO O TRAMPOLIM DE ONDE SALTAM PARA GALGAR O PODER!**"

Como expressão de seu ódio, clamavam os gaúchos:

"Ao sacrifício das vidas

"Dos pais, dos irmãos queridos,

"Ajuntam êsses bandidos

"A deshonra, o roubo vil,

"Fazendo ecoar ao longe

"Que tanta infame torpeza

"Tem a sagrada pureza

"De libertar o Brasil"...

Diante desse horror a Marinha apaixonou-se e toma a iniciativa da Revolta que ela ingenuamente supunha se alastraria por todo o país, lançando-se à luta sem devido exame de situação e o preparo bélico correlativo...

Arrastado pela corrente revolucionária da Armada que correspondia ao clamor da Nação indignada contra o que se passava no Rio-Grande, Mello aceita afinal a chefia do movimento e resolve-se a dar contra Floriano um golpe semelhante ao por ele mesmo desferido, com rápido êxito, em 91, contra o Marechal Deodoro...

Não foi, porém, tão fácil nem de igual felicidade. O Chefe do Governo — a pretêxo de reparos, de que o navio carecia, determinara a saída do Encouraçado Riachuelo para a Europa e do Cruzador Tiradentes para Montevideu, e retirara de bordo do Aquidabã peças essenciais das suas máquinas motoras e escondera-as no Itamarati.

Dos políticos profissionais, agitadores desse maremoto, poucos acompanharam o Almirante Mello para a rebelião por ele encabeçada.

A situação era agora outra. Floriano estava disposto a resistir e a Esquadra, propositalmente desaparelhada pelo Governo, não podia agir contra êle. Faltava tudo a bordo dos navios — aguada, carvão, munições, mantimentos, sobressalentes e pessoal — reduzidos ao mínimo pelas Autoridades Navais. O Couraçado Aquidabã — seu navio capitânea — não se podia mover! Preciso foi fabricar a bordo as peças que faltavam e alterar o sistema de condensação do vapor para que pudesse andar.

Atordado com a grave situação em que a Esquadra se encontrava, Mello, todavia, não hesitou em prosseguir em seus intentos revolucionários e, sem dinheiro para comprar o que precisava, resolve assaltar os navios mercantes que estavam no pôrto e apoderar-se de seus aprovisionamentos. Uma barca d'água, que servia aos navios estrangeiros, atestou os tanques do Aquidabã e do República, ficando desde logo a Esquadra submetida ao regime do racionamento.

Na falta de um Estado-Maior devidamente organizado, alguns dos oficiais mais ativos que o rodeavam, começaram a tomar as medidas que julgavam acertadas, algumas das quais comprometeram seriamente a Revolução. O Batalhão Naval abandonou a poderosa Fortaleza da Ilha-das-Cobras e, após encravar os seus grossos canhões, embarcou na Esquadra... Deixaram ali os Revolucionários, além de uma posição básica importantíssima na Guanabara, o Hospital de Marinha, oficinas, paiói de mantimentos, fardamentos e sobressalentes, navios reparáveis e outros importantes recursos, dos quais o Governo se poderia ter apoderado sem a mínima dificuldade.

Os galés, ali deixados prêso e sem comida, arrombando as prisões e começando a cometer violências e a saquear os paióis, assustando as famílias residentes naquela ilha, obrigaram o Almirante Saldanha a correr em socorro destas, fazendo-a ocupar por uma ala do Corpo de Assistentes sob o comando do então Capitão-Tenente Antônio Júlio de Oliveira Sampaio, para restabelecer a ordem.

Isso tirou ao Governo a possibilidade de tomá-la. Quando o quis fazer, pela fôrça, foi repellido.

A guarda de navais que guarnecia a Armação, — fartos depósitos de artilharia e munições da Marinha, — foi igualmente recolhida à Esquadra, deixando-os inteiramente abandonados. À custa de não pequenos sacrifícios, e perda de vidas preciosas, foi dali ainda retirado algum material para armamento de paquetes, rebocadores e lanchas ao serviço dos Revolucionários.

Sem gente para realizar operações de desembarque, pois que era insuficiente o efetivo do Batalhão, o Corpo de Marinheiros Nacional, em Willegaignon não se declarara pela Revolução, não podia o Almirante Mello lançar-se ao ataque do Rio-de-Janeiro, nem ocupar Niterói.

Ao mesmo tempo, o Comandante das Fôrças Navais estrangeiras de estação neste pôrto, comunicara ao Chefe da Esquadra Revolucionária que se oporia pela fôrça a qualquer tentativa de ataque à Capital da República.

Logo depois, voaram os paióis de pólvora do Matoso, na

ilha do Governador, que os Revolucionários haviam deixado também desguarnecidos.

“Comandos” organizados pelo Govêrno assaltam e incendiam os depósitos de carvão e navios abandonados na enseada, nos diques e nas ilhas de S. Lourenço, em Niterói.

* * *

Só a 13 de Setembro, 7 dias depois, resolve Mello bombardear as fortalezas da barra, sem qualquer resultado prático, pois não tinham forças de ocupação. Repete os ataques por vários dias sem nenhum êxito.

No assalto aos navios mercantes atracados às mortonas da cidade, ferem-se seguidos e sangrentos combates entre rebocadores e lanchas, armadas pelos Revolucionários, e as tropas legais, que haviam levantado poderosas trincheiras no litoral.

Finalmente Saldanha, “para salvar os companheiros que nela se meteram ou morrer com êles”, é arrastado para a Revolução.

A resistência tenaz oposta por Floriano ao levantamento da Esquadra, — diz Sousa e Silva, — impunha, para o triunfo da Revolta, uma ação militar, política e administrativa, resoluta e vigorosa, tendo por base sua conjugação com a Revolução Federalista e sua coordenação mútua, para uma utilização completa, racional e metódica dos recursos militares de que separadamente dispunham.

Dar-lhe-iam os Federalistas o exército que a Marinha não tinha; esta, os navios para transportá-lo e a força para assegurar-lhe as vias de comunicação e para abrir-lhe caminho para a Capital, onde se entrincheirava Floriano e de onde só o poder das armas o expeliria. O Almirante Mello, porém, não entrara em entendimento com Silveira Martins. Precisava sair do Rio onde já nada mais podia fazer. Deixaria aqui Saldanha e iria agir. No mar, atacaria a Esquadra que o Govêrno aprestava no Norte e impediria a concentração dos navios que estavam em Montevidéu. Cobriria o Destêrro contra os seus ataques. Secundaria a ação dos Federalistas e os traria com a sua Frota

para, apoiado em Saldanha, atacar o Rio-de-Janeiro. Partiu com êsse objetivo levando o Aquidabã e o Esperança para o Sul.

Não encontrando o indispensável e prometido apôio nas forças militares e políticas de S. Paulo, não pôde Mello apoderar-se de Santos e seguiu para Sta.-Catarina, cujo Governador, conhecendo a marcha vitoriosa do Exército Federalista para o Norte, entrega-lhe a Capital. O "Govêrno da República", — Junta Provisória, que êle ali instalara, composto do Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena, Capitão-Tenente Mourão dos Santos e Tenente do Exército Aníbal Cardoso, positivista enragé, não aceitou a orientação política parlamentarista do Partido Federalista Sul-Rio-Grandense e lançou manifesto contra Saldanha! Queria manter a Constituição de 91 e limitava os anseios e objetivos da Revolução à derubada do Marechal Floriano. Faltava-lhe, assim, tudo para conduzir à vitória o movimento de 6 de Setembro. Não havia ali unidade de doutrina política nem de comando militar.

Em consequência, os Chefes Federalistas não obedecem às suas ordens e recusam dar ao Almirante Mello o necessário apôio, a tropa de desembarque, para a realização dos objetivos estratégicos combinados com Saldanha, (*) que foi assim sacrificado.

Santa-Catarina não tinha recursos para fornecer o número preciso ao pagamento da tropa e à compra do essencial à Revolução. A Esquadra Legal fôra organizada e concentrada na Bahia. Nunca fôra atacada e punha-se em marcha para o Sul.

Estava, conseqüentemente, perdido o movimento em que Mello se lançara, incitado pelos agitadores do Clube Naval e pelos políticos militantes na Capital da República, dos quais poucos o acompanharam aos postos de sacrifício na Esquadra! O próprio "Governicho" de Santa-Catarina, que Mello não quis de-

(*) — "Mello assumira o compromisso de fazer voltar ao Rio o Aquidabã dentro de 15 dias, trazendo um Corpo do Exército Federalista para desembarcar em Itaipú e dali investir Niterói. Iria depois atacar a Esquadra que o Almirante Gonçalves organizava no Norte do País". (Carta do Alte. Alexandrino a Dunshe de Abranches).

pôr, deixara-o impotente e sem voz para corrigir as loucas decisões e a inacreditável inconsciência daquele Triunvirato.

Em vão Saldanha, no Rio, inquieto com a sorte dos companheiros, com o futuro da Marinha e os destinos do Brasil, esperava ver realizado o que havia assentado com o Chefe supremo da Revolução, assim fatalmente condenada aos desastres que se sucederam em 13 de Março, 16 de Abril e no fracassado ataque levado por mar, pelo Almirante Mello e tropa federalista, à cidade do Rio-Grande.

Exausto de recursos, Saldanha abandonou os navios e posições que ocupava na Guanabara e se asilou a bordo dos navios portugueses aqui estacionados. Perdido o apóio da Esquadra do Rio-de-Janeiro, o Exército Federalista retira-se para o Sul. E' batido em Carovi, onde pereceu o General Gumercindo Saraiva, que o comandava, e é destroçado em Passo Fundo, conseguindo, apenas alguns corpos emigrar para a Argentina, quando alcançadas as fronteiras daquele país. "O Aquidabã foi torpedeado pela Esquadra Legal, em Santa-Catarina, sendo fuzilados pelo Coronel Moreira Cesar, todos os seus oficiais, sargentos e marinheiros que caíram nas mãos das "Fôrças Legais"... No Rio e no Paraná, iguais crimes foram sumariamente praticados.

Mello, derrotado e sem recursos, abandonou a luta e entregou os seus navios ao Govêrno de Buenos-Aires. E assim terminou o Movimento de 6 de Setembro de 1893.

O FIM

Após sacrifícios pessoais inenarráveis e atos de um heroísmo e devotamento sem par, a Marinha Brasileira desaparece entre as ruínas do seu material e a desorganização dos seus Serviços. Oficiais de Marinha legalistas e revolucionários se odiavam ferozmente... Não teria sido diverso o espetáculo, com a vitória da Revolução, que não teria, mesmo assim, resolvido os problemas políticos nacionais... Os "agitadores" voltaram às suas cadeiras na Câmara e no Senado... Os Oficiais, Aspirantes, Sargentos e Marinheiros emigrados incor-

poram-se ao Exército Federalista, cujo Comando nosso Chefe foi chamado a assumir. Franco Caldas, outros Aspirantes e eu fomos destacados como "Ligação" do Almirante Saldanha com os Corpos do Exército Libertador, que êle brilhantemente reorganizara no Rio-Grande. Tomámos parte em vários combates. Assistimos, ali, às mais horríveis matanças e depredações entre "Maragatos" (Federalistas) e "Pica-paus" (Castilhistas).

Nas "Revoluções que eu vi" no Rio-Grande-do-Sul, meu lugar era junto ao Coronel Gaspar Barreto, um bravo e digno caudilho gaúcho da Cachoeira, das fôrças do General Joca Tavares. Vi degolamentos horríveis, incêndios, destruições de rebanhos, violações de mulheres, saques, etc., cruelmente praticados pelas tropas legais. Os Federalistas vingavam-se no mesmo diapásão de crueldade e ódio... *Gratez le brésilien et vous trouverez l'indien*...

* * *

Sem o menor proveito político ou militar para as tropas inimigas, nas vésperas da Pacificação do Rio-Grande, Saldanha é atacado em Campo-Osório e trucidado com a pequena fôrça, simbólica, que então o rodeava no Rincão-de-Artigas.

Da maneira a mais selvagem, o nosso grande Almirante e os seus heróicos companheiros, — o seu "Batalhão Sagrado", o resto da Marinha, que êle tentara em vão salvar dos destroços da Revolução, para reconstruir o Poder Naval indispensável à defesa do Brasil! — são abatidos, e todos cruelmente degolados, ficando ali, ao sol e à chuva, seus corpos insepultos para repasto dos abutres! Muitos foram os Oficiais, Aspirantes, Sargentos e Marinheiros sacrificados naquele tristíssimo assalto das numerosas fôrças castilhistas.

Depois do combate, os nossos inimigos tripudiaram sôbre os corpos dos nossos queridos mortos, arrastaram para longe o cadáver do Almirante, que ocultaram numa grotta, e festejaram ruidosamente a vitória que, aliás não lhes dava qualquer outra vantagem para suas armas e não era senão motivo para as expansões terríveis do seu ódio partidário, infame e cruel.

* * *

Felizmente, com a graça de Deus e da Virgem Santíssima, pouco depois, sob o pulso forte de um valoroso e consumado Estadista, Prudente José de Moraes e Barros, pôde o Brasil restaurar as suas forças materiais e morais e voltar à tranqüilidade, permitindo êxito aos Governos felizes que logo após o sucederam. Fêz a Pacificação do Rio-Grande. Anistiou os Revolucionários. Esmagou a demagogia. Reparou o que pôde. Praticou obras divinas de amor pelo Brasil.

Dêle sempre nos devemos recordar com veneração e saudade. Desgraçadamente só não seria possível fazer reviver os mortos valorosos, o glorioso Chefe e os heróicos companheiros tombados no mar e em terras do Brasil...

“O DEVER DO MOMENTO”...

Que Deus abençõe a Terra de Santa-Cruz e nunca mais permita semelhante flagelo em nossa Pátria.

As guerra civis não resolvem os problemas políticos e sociais do país! Só a sabedoria dos Estadistas e a Cultura e a Civilização do povo podem solucioná-los.

* * *

As conseqüências da participação da Marinha nas lutas partidárias são sempre as mais desastrosas para a Corporação, para o Serviço Naval e para a Nação.

A separação, quando não a desconfiança, a inimizade e até o ódio entre os companheiros, — que perduraram durante muitos anos, estúpidamente, a desorganização de Serviços, que custaram muitas décadas de paciente labor; a ruína do Poder Naval do País, são os frutos inevitáveis dessa calamidade.

Fôrça só se compreende unida, coêsa, constante. Fôrça sem união é paradoxo. A doutrina militar só existe de fato quando apoiada sôbre a união das Fôrças Armadas, disse em inolvidável conferência no Clube Militar o venerando Almirante Sampaio.

A política, sujeita por sua própria natureza a divergências de opiniões — às várias “disciplinas partidárias” — é por isso mesmo um perigosíssimo elemento dissolvente, demolidor da instituição, e, por conseguinte, nociva à doutrina militar. Campos opostos separarão por muito tempo Exército, Marinha e Aeronáutica, por acaso envolvidos nas aventuras da política interna do país; e, neles, corpos, navios, esquadrilhas aéreas, — cada qual podendo tomar o seu “partido”, — procuraria destruir os seus antagonistas, demolindo as Fôrças Armadas da Nação, — que precisa fazer prevalecer livremente a sua vontade nas urnas, nas discussões parlamentares e nas resoluções do Governo constituído, sem qualquer ação perturbadora por parte dos elementos militares.

* * *

Terminados os motins, pouco ou quase nada restará do Poder Militar, de que tanto carece o País para a sua defesa, e recomeçarão os políticos a tripudiar sôbre os destroços deixados nos navios e quartéis pela comoção intestina. Afastam depois os militares de quaisquer vantagens por ventura legitimamente pleiteadas e anulam as mais justas pretensões dos que os ajudaram a galgar as altas posições dominantes no Governo.

Há porém, oficiais que desertam das carreiras militares e se afazem aos usos e costumes da política profissional, usufruindo consideráveis vantagens pessoais. Com os seus métodos e audácia, êstes sabem abrir caminho para sua bôa fortuna...

Os processos de que lançam mão os “chefes políticos” para dominarem os seus concidadãos e manterem as suas posições de mando, atraíndo para suas ingratas campanhas partidárias as Classes Armadas e explorando-as em seu exclusivo interêsse pessoal, tornaram-se famosos!

São felizmente reconfortantes as lições do nosso passado: O Brasil só conseguiu manter a sua unidade política e a sua integridade nacional, nos tempos tumultuosos da Regência, gra-

ças, exclusivamente, à disciplina, à união, ao patriotismo e ao espírito de sacrifício da Marinha, sempre alheia a essas atividades.

Unamo-nos, pois, fraternalmente, Exército, Marinha e Aeronáutica! Esse deve ser o nosso constante ideal, por amor ao Brasil — acima de tudo na vida! Unidos e fortes, seremos respeitados e poderemos realizar os nossos máximos objetivos, de guardas fiéis das nossas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas e corrigir com o peso da nossa força os absurdos excessos da política interna, que sem nossa separação **SE CONSERVARÁ DENTRO DAS LEIS...** Cumpriremos, assim, religiosamente, o nosso juramento à Bandeira, deixando ao nosso povo a mais ampla liberdade para escolher os seus **leaders** e governar-se a si mesmo soberanamente, como melhor lhe parecer e na altura do seu valor.

Pensar de outra maneira, quando se deve compreender a imperiosa necessidade de possuir **Fôrças Armadas aparelhadas, disciplinadas e eficientes para garantia da defesa externa do país**, seria paradoxal; seria condenar a Nação ao suplício eterno de **Sisifo**, arrastando penosamente para o Alto da Montanha do seu Poder Militar a pesada pedra da Organização bélica, e vê-la rolar ladeira abaixo, quando se acredita haver atingido a Meta ambicionada e o fim do sacrifício, do martírio que parece não acabar jamais...

Esse o meu modo de ver pessoal, — concluindo a desprezível história das “Revoluções que eu vi”...

Uma coisa afirmo com a mais profunda convicção e sinceridade: **Ideologias, doutrinas políticas e programas de partidos são apenas pretextos para tocar reunir elementos que permitam aos mais audazes e ladinos o assalto ao Poder, — sem honestidade de propósitos patrióticos e visando exclusivamente os seus interesses individuais, sem pensar um instante no Brasil!**

Falando de Pedro Toledo, Presidente do Estado de São Paulo na Revolução de 32, disse Menotti del Pichia o seguinte: **“Uma coisa, porém, o exaltava e refrangia: os politiqueros. No momento em que nossos rapazes, cantando, caíam com o crâneo esmigalhado por uma lasca de obús, os corvos partidá-**

rios disputavam, nas próprias cidades devastadas pelo ferro e pelo fogo, a carniça das prefeituras. Uns chacais fuçando, com gula de mando, entre cadáveres. . .” (Mennoti del Pichia — “A Revolução Paulista”).

Afastemos as Classes Armadas dos azares da política partidária e facciosa! As sereias da “caiaçaria política”, sabem encantar. . . Sejam os Ulisses! Se nos deixarmos seduzir, estaremos perdidos e sacrificaremos a nossa terra e a nossa gente. . .

* * *

Não pensam assim, quiçá, os que não medem, por exemplo o que representa para o Brasil e para nós o esforço ingente longamente despendido com paciência e valor evangélicos para organizar, aparelhar e manter uma Marinha de Guerra capaz de resolver os nossos problemas estratégicos, diante de poderosos inimigos prováveis e da unidade nacional periclitante. . .

Possivelmente encontrarei quem me não dê razão: os que têm pressa em ascender na carreira ou na política e, fazendo-se agitadores, não se arriscam aos perigos da guerra, observando de longe o fogo de artifício, ou ficando como mirones, até que a “procissão” que êles puzeram “na rua” passe e volte à Igreja da sua devoção. . .

* * *

Não importam as dolorosas desilusões que em cada volta da jornada nos salteiam. Pouco contam os temerosos embates em que tôdas as fôrças se consomem. Nada valem as grandes lutas amargas em que os cabelos embranquecem!

Para os homens que vivem para um Ideal, tudo desaparece diante da risonha esperança de alcançá-lo. . .

E se o sonho é nobre e generoso, há um grande consôlo nos esforços para conseguí-lo, na inabalável certeza de que um dia, vitorioso da indiferença, dos interesses subalternos e das ilusões do momento enganador, êle se há de afirmar esplêndido, radioso como a Verdade, na mais brilhante das Realizações!

As fundas feridas cicatrizarão... E tudo o que vai, de desenganos, de sofrimentos, de injustiças e decepções, embora doloroso, constitui valiosos ensinamentos para realizarmos digna e gloriosamente a felicidade dos Brasileiros e a grandeza do Brasil, à sombra do poder imaculado da Marinha, que Saldanha, o nosso Mestre idolatrado e eternamente saúdoso, nos ensinou a amar entre as coisas mais preciosas da nossa vida!

Essa a filosofia que emana das REVOLUÇÕES QUE EU VI...

* * *